



**AÇÕES DESENVOLVIDAS POR UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA PARA O
FORTALECIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES BOLSISTAS DO
PROUNI**

TAINA SOUZA DE BRITTOS

Universidade do Extremo Sul Catarinense

tainabrittos@hotmail.com

THIAGO HENRIQUE ALMINO FRANCISCO

Universidade do Extremo Sul Catarinense

tfrancisco@unesc.net

ABEL CORRÊA DE SOUZA

Universidade do Extremo Sul Catarinense

acs@unesc.net

Resumo:

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), permite a jovens e adultos oriundos de classes baixas o acesso ao ensino superior, acesso esse advindo de bolsas de estudo parciais ou integrais, fornecidas pelo governo federal onde a instituição que aderir ao programa terá isenções fiscais perante o mesmo. O contemplado muitas vezes mesmo com a mensalidade paga passa por dificuldades financeiras para se deslocar até a instituição, se alimentar, e também de moradia, pois em sua maioria as instituições de ensino superior ficam localizadas em grandes metrópoles, fazendo os acadêmicos se deslocarem até a mesma de ônibus ou automóvel ou em alguns casos se mudando para as proximidades da instituição. Diante disso a pesquisa tem seu objetivo investigar a oferta do PROUNI em um determinado curso de graduação em uma universidade comunitária catarinense.

Palavras-Chave: PROUNI, bolsa de estudo, permanência.



1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal da universidade consiste na procura incondicional da verdade, apesar de ser relativa na obtenção de conhecimento, tendo em sua essência um lado racional, onde não visa a funcionalização prática (WEBER, 1985). As universidades são um dos responsáveis pelo processo de globalização do mundo, pois representam o desenvolvimento da civilização, sendo um momento crucial no decorrer da história mundial (WEBER, 1991).

Segundo Delors (1998), o ensino superior é um dos fatores de maior importância para a sociedade e para o desenvolvimento econômico. É ao mesmo tempo acumulador e criador de conhecimento, e no decorrer dos anos vem sendo o principal instrumento de transmissão de experiência tanto científica quanto cultural. O ensino superior e suas instituições atenderam cada vez mais acadêmicos, devido ao mundo em que fatores de desenvolvimento são mais importantes que recursos materiais. E devido à evolução da informação e da tecnologia, o mercado exigirá cada vez mais profissionais de grande competência, com formações em níveis superiores para atuar em seus setores.

Muito já se falou nesses últimos anos sobre a universidade no Brasil e no mundo, a educação no Brasil vem sendo um tema recorrente em debates de governantes, a Abmes (2006), cita que existe uma conexão entre os setores que dependem da educação e os que fornecem a educação, isso vem sendo uma base do “projeto de nação”, para que assim aja contribuição de todas as partes para o desenvolvimento. O planejamento educacional no Brasil enfrenta grandes barreiras, sendo elas desigualdade regional e social, falta de recursos financeiros, bem como descaso de governantes, e falta de perspicácia do setor privado. Com o Brasil passando nas últimas décadas por um processo de modernização econômica, pode se notar uma grande sensibilidade as transformações internacionais, que combinado com a abertura externa e a estabilidade econômica forma uma indesejável retração da economia nacional (PORTO; RÉGNIER, 2003).

A modificação do ensino superior vem ocorrendo devido ao fato de que nos últimos anos houve um aumento na capacidade dos cursos, docentes, e na capacidade predial, com reformas e ampliações em salas e laboratórios. (CARVALHO, 2007; DOURADO, 2008; NUNES, 2007). A expansão da educação superior e o aumento no quadro de matrículas têm vertentes que deveriam considerar de mera importância, como por exemplo, a qualidade do ensino básico, começando pela pré-escola, fornecendo aos alunos um ensino de qualidade com infraestrutura também de qualidade, fazendo a democratização do ensino superior e a justiça social (DIAS SOBRINHO, 2009).

O fato de o país viver uma situação incerta é em grande parte culpa da desigualdade na distribuição da educação, e para a Abmes (2006), isso ocorre pelo fato de toda a capacidade de produção científica ficarem em grande maioria concentrados no sul e sudeste do Brasil. E também pelos desequilíbrios entre os cursos de formação, onde alguns são disputados e outros nem tanto. Para esclarecer no ano 2004 dos 530 mil diplomados em graduações pelo país todo, apenas mil eram formados em física, sendo essa uma área de grande importância para o desenvolvimento industrial e científico.

Com a atual conjuntura do cenário empresarial, a Abmes (2006) fala que entre as empresas há uma grande competitividade, sendo essa dependente de modernas práticas gerenciais, as empresas vem priorizado a qualidade de seus quadros de funcionários, recrutando pessoas com experiência mais que acima disso tenham graduações, estudos e



pesquisas em áreas específicas, para assim produzir inovações, manter o bom andamento de suas atividades e diminuir a rotatividade.

Com a grande procura por ensino superior e as limitadas vagas em faculdades públicas houve uma grande procura pelo ensino privado, jovens vindos de classes baixas chegam às universidades (ALMEIDA et al., 2012). Essa expansão no ensino superior brasileiro ocorreu devido ao aumento em grande escala das instituições privadas, da expansão de seus cursos e na oferta de vagas. Tendo um setor público com vagas limitadas, levou mais de dois terços dos estudantes a ingressarem no ensino superior privado. Estudantes esses que em função das dificuldades financeiras acabam ingressando no ensino superior após terem uma instabilidade financeira, ou após serem contemplados por alguma bolsa de estudo. (ALMEIDA et al., 2012).

2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Esse capítulo tem como objetivo mostrar as visões de outros autores sobre o tema proposto, criando assim o alicerce da pesquisa, se tornando o principal conceito para o desenvolvimento do mesmo.

2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO.

Para Oliven (2002), o desenvolvimento do sistema de educação superior, no Brasil, pode ser considerado um caso incomum no contexto latino-americano. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades na América, sendo essas instituições religiosas, que recebiam a autorização do Pontífice. O Brasil não criou instituições de ensino superior em seu território até início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde. A partir do século XIX as primeiras faculdades brasileiras eram Medicina, Direito e Politécnica sendo elas independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitizada, sendo dominada por pessoas de grande influência. Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições com foco no ensino e na pesquisa.

Logo após o surgimento das primeiras universidades Oliven (2002), cita que a capital Distrito Federal situou-se no meio da guerra que defrontavam diferentes grupos que protegiam distintos projetos de universidades brasileiras. Os principais pontos da discórdia relacionavam-se, ao papel do governo federal como desenvolvedor de normas do ensino superior e, a atuação da Igreja Católica como formadora do caráter da elite brasileira. Em 1935 o então Diretor de Instrução do Distrito Federal Anísio Teixeira, criou através de um decreto municipal a Universidade do Distrito Federal, voltada especialmente à renovação e ampliação da cultura.

Mesmo enfrentando falta de recursos econômicos, as atividades de pesquisa foram estimuladas com o aproveitamento de laboratórios que já existiam e o apoio de professores que simpatizavam com a causa. Essa foi uma vitória do grupo de educadores, liderados por Anísio Teixeira, que era um grande defensor da escola pública gratuita. Em função de seu posicionamento fanaticamente liberal, Anísio não contou com apoios que dessem sustentabilidade a seu projeto universitário (OLIVEN, 2002).

Contrariando o Distrito Federal, Oliven (2002), fala que o estado de São Paulo construiu naquela época, um projeto político, ao qual se referia á criação de uma universidade



de alto padrão acadêmico e também científico. Fernando de Azevedo foi um dos líderes do projeto, que recebeu todo o apoio do governo estadual e do jornal de maior influência da época, O Estado de São Paulo, por ser o estado com maior poder aquisitivo desenvolveu e colocou em prática o projeto da sua própria universidade pública estadual, onde ficariam livres do controle do governo federal. Criada em 1934 a Universidade de São Paulo que contou com o apoio de pequenas, tradicionais e independentes faculdades da região, e ali se originaram cursos de filosofia, ciências e letras, contando com professores e pesquisadores de outros países, em sua grande maioria vinda da Europa. A Universidade de São Paulo se tornou um grande divisor de águas na história das universidades Brasileiras, hoje a então USP é o centro de pesquisa maior e mais requisitado do país, solidificando o ideal de seus criadores (OLIVEN, 2002).

Com o início da década de 40 e um grande avanço na rede nacional de ensino médio e na participação da mulher no mercado de trabalho, novos cursos passaram a ser frequentados pelo sexo feminino, com o intuito de destinar-se ao magistério. Já na década de 1960 LOGO após os militares tomarem o poder as universidades passaram a ser motivo de intromissão do governo federal, houve o afastamento de muitos docentes, em sua maioria da Universidade de Brasília. Foram criadas Assessorias de Informação nas instituições de ensino, que tinham como objetivo controlar as atividades julgadas como revolucionárias vindas de professores ou de alunos (OLIVEN, 2002). Após a reforma universitária em 1968, Favero (2006), conta que houve o surgimento de propostas para a reformulação das instituições universitárias no Brasil. No início da década de 80 parte dos docentes das universidades começam a perceber que os problemas vão além de aspectos técnicos, mas também envolve questões de caráter acadêmicos e políticos, estabelecendo assim uma análise e um tratamento mais profundo com o assunto.

Com um salto de 20 anos, a educação passa por grandes mudanças, ouve uma grande expansão no ensino superior. Dados do ministério da educação (MEC) apontam que no ano de 1995 as vagas em universidades publicam era correspondente a 39,8% e 6 anos depois no ano de 2001 essas vagas caíram para 30,2%, já no setor privado houve um aumento de 9,6%. Com a ampliação da educação básica houve uma demanda maior de vagas em universidades, sendo requeridas por classes médias e de baixa renda (DAUSTER, 2003; MOEHLECKE, 2004, p. 42; ALMEIDA, 2009).

Durante o governo de Luiz Inacio Lula da Silva, o país passou por um processo de redução da desigualdade de renda entre as classes sociais, tirando mais de 30 milhões de pessoas da linha da pobreza. Com a população saindo de classes emergentes, multiplicaram as notícias e alguns autores classificaram essa mudança como a ‘nova classe média brasileira’ (NERI, 2011; SOUZA, 2010). Um dos desejos dessa nova classe social é a aquisição do diploma de ensino superior, vindos de escolas públicas com ensinios desvalorizados a classe C emergente busca no diploma a elevação do nível social, os tornado objeto de disputa entre os grupos educacionais (ALMEIDA, 2015).

2.2 OS DISTINTOS MODELOS INSTITUCIONAIS

Como modelos institucionais existem as Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas. Segundo Barreyro e Rothen (2008) é pública a instituição criada, administrada e mantida pelo poder público, já as privadas são administradas e mantidas por pessoas físicas ou jurídicas.



Os modelos institucionais públicos ou privados são classificados como particulares onde seu objetivo é a obtenção de lucro, sendo mantida por pessoas físicas ou jurídicas, e não obtendo as características semelhantes as demais, comunitárias onde as mesmas são criadas em grupos, tanto de pessoas físicas, jurídicas ou também por cooperativas de alunos, pais e professores, deve ser incluso em sua mantedora representante de comunidades da sua região, as confessionais que são mantidas por pessoas físicas ou jurídicas que se dispunham de ideologia e orientação de entidades religiosas, e por último as filantrópicas que não possuem como finalidade a obtenção de lucro, prestam serviços e assistência à sociedade, são caracterizadas como instituições filantrópicas fundações, instituições de ensino entre outras, se dispendo ao cumprimento de obrigações para assim ter isenções fiscais junto ao governo (SOARES, et al., 2002).

Os sistemas de ensino que englobam os modelos institucionais podem ser classificados entre estaduais e municipais, sendo estadual aquele formado por instituições mantidas pelo governo estadual ou federal, e as municipais sendo aquelas mantidas por prefeituras, e com autonomia em sua tomada de decisões. Já as instituições brasileiras são classificados em instituições autônomas, empresariais, religiosas, técnicas e militares. Foram criados ainda mais dois tipos de instituições brasileiras, sendo elas as universidades especializadas e os centros universitários. Já os Centros de Educação Tecnológica e os Centros Federais de Educação Tecnológica os CEFET'S e CET'S, são definidos como instituições voltadas a educação profissional, com o objetivo de formar profissionais qualificados para atuarem em diversos setores da economia, e também realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços (SOARES, et al., 2002).

Em um contexto geral as universidades são responsáveis pelo processo de desenvolvimento econômico e social de um país, e tem o objetivo de formar profissionais de grande competência para atuarem no mercado de trabalho (SILVA, 2008).

Sendo assim em toda e qualquer instituição de ensino é importante ter uma flexibilidade e diversidades de cursos concedidos, oferecendo novas estruturas curriculares. Em contrapartida as instituições devem fornecer cursos de cunho inovador, suprimindo assim demandas limitadas, e disponibilizando nos mercados profissionais devidamente qualificados para atuarem, possibilitando uma grande mudança no segmento educacional brasileiro (ABMES, 2006).

Observa-se que os desafios enfrentados no ensino superior brasileiro na visão de estudantes e docentes que constroem projetos em IES privadas nascem pela falta de tratamento democrático apresentado pelo Ministério da Educação (MEC), onde as IES públicas têm ganhado o foco do governo, deixando de lado as IES privadas que sofrem todos os dias com velhos problemas, ampliando assim a crise sofrida pelo setor. Com o ensino superior público sendo classificado como de qualidade altíssima, sobra ao ensino privado à categoria de ensino depreciativo, passando a imagem de que o ensino privado é voltado apenas à obtenção de lucro, carente de qualidade de ensino (ABMES, 2006).

Notasse que a procura pelo ensino privado só aumentou nos últimos anos e como meta para os próximos o ensino superior pretende atingir o dobro de estudantes matriculados, vale ressaltar a grande importância das IES privadas no desenvolvimento e expansão do ensino superior brasileiro (ABMES, 2006).

2.3 OS PROGRAMAS DE BOLSAS E FINANCIAMENTOS



Os programas de bolsas e financiamentos vieram para ajudar alunos oriundos de classes baixas a entrarem na universidade, mas segundo Tavares (2008) nem sempre isso é suficiente, pois a democratização do ensino trouxe consigo o insucesso acadêmico e o abandono do mesmo por motivos variados.

Nas últimas décadas houve grande expansão da educação superior no Brasil, alguns aspectos importantes desse crescimento foram o aumento no número de instituições, cursos, vagas, matrículas e também aumento de pessoas devidamente graduadas. O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso trouxe uma elevação nas taxas de crescimento educacional, com foco no aumento das instituições privadas, já o governo Lula-Dilma manteve o crescimento em ritmo moderado, levando seu foco para as instituições federais e programas de ingresso de estudantes financeiramente carentes (RISTOFF, 2014).

Segundo Corbucci (2004) as iniciativas da reforma da educação superior se iniciaram no primeiro ano de mandato do governo Lula, onde foram temas de debates a situação em que se encontrava o ensino superior. Com a expansão das políticas públicas houve um grande aumento da demanda educacional, e com isso foram criados mecanismos de entrada e permanência de alunos no ensino superior, alguns exemplos são: bolsas de estudo, créditos estudantis entre outros (CARVALHO, 2014).

Com o setor privado ofertando grande número de vagas foi criado no ano de 1999, o Fundo de financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), onde era destinado a alunos com poucos recursos financeiros, oriundos de classes baixas. O FIES tornou-se acessível e financiável (CORBUCCI, 2004). O orçamento anual do FIES no ano de 2002 era de 200 milhões, permitindo apenas 53 mil novos contratos a cada ano, não suprimindo as necessidades de crescimento da demanda solicitada (SOARES et al., 2002).

Segundo o Ministério da Educação - MEC (2016) o FIES é um programa criado para financiar a graduação de alunos matriculados em cursos superiores. Fornecendo um financiamento com uma taxa de juros reduzida que no ano de 2010 era de 3,4% ao ano, e a partir do segundo semestre de 2015 houve uma mudança passando a ser 6,5% ao ano, isso devido a ajustes com o cenário econômico do país, para que assim o programa continue em pleno funcionamento.

Já o artigo 170 é um recurso financeiro do estado de Santa Catarina que segundo o AMPESC (2016) foi dado início no ano de 1999 e tem como objetivo prestar assistência financeira a alunos matriculados em cursos do ensino superior, no estado de Santa Catarina. O recurso é concedido em sua maioria para alunos oriundos de classes baixas, onde os mesmos entram em uma lista, que usa como critério de escolha a renda familiar, e também concedida a pessoas com deficiência. No artigo 170 da constituição estadual consta que o estado fornecera anualmente, na forma da lei complementar, auxílio financeiro aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, que estejam legalizadas e em pleno funcionamento no Estado de Santa Catarina. Os recursos enviados do governo estadual cobrem 40% das mensalidades dividido em 6 parcelas, e para pessoas com deficiência a cobertura é total dividida também em 6 parcelas.

Houve também a criação dos programas privados onde segundo o Mundo Vestibular (2016) programas privados são créditos universitários ou também chamado créditos estudantis, que tem o intuito de fornecer financiamento a alunos sem condições de arcar com mensalidades de um ensino superior, financiando o valor semestral ou total tendo obrigação pagar o valor com juros e no prazo como qualquer empréstimo bancário. Um desses créditos universitários é o Pravalter que segundo o Pravalter (2016), é o maior programa de



financiamentos estudantis, o mesmo tem como objetivo aumentar a entrada de alunos no ensino superior, fornecendo um financiamento facilitado e sem burocracias. Em sua gestão encontram-se bancos e entidades privadas que desde 2006 formam parcerias com instituições de todo o país. Já o Santander (2016) fornece aos acadêmicos intercâmbios, bolsas de estudo, financiamentos, prêmios por pesquisas voltadas para a inovação, e projetos empreendedores, e também estágios remunerados em clientes e parceiros do banco. Tudo isso se deve ao fato de que a instituição está voltada para a educação superior, vendo nesta um investimento com retornos lucrativos.

Com o aumento do ensino superior privado nos últimos anos criou-se o PROUNI, Programa Universidade para Todos segundo que Segenreich (2009), foi criado no ano de 2004 como medida provisória, e se tornou lei no ano de 2005, com o intuito de fornecer bolsas de estudos para alunos de instituições privadas vindos de classes baixas, o PROUNI oferece descontos parciais ou integrais na mensalidade. O programa veio para solucionar a escassez de ofertas no ensino superior e também como parte do Plano Nacional da Educação sendo esse uma forma do governo acelerar compromissos junto ao ensino superior, como meta o Plano de Ensino tem que até o final da década aumente em 30% a oferta para alunos com faixa etária entre 18 e 24 anos, e também que diminua as desigualdades sociais entre regiões do Brasil.

Para Ferreira (2011) os principais motivos para o governo dar início ao programa foram à pequena porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos ingressos em ensino superior, sendo menor ainda o número de alunos advindos de classes baixas, com o ensino privado tendo uma grande quantidade de vagas ofertadas sem alunos preenchendo-as, com isso viu-se no PROUNI a possibilidade de haver democratização no ensino privado fazendo assim mais de 300 mil novos estudantes em um prazo de cinco anos. Usando como critérios de escolha dos beneficiados, renda familiar de até um salário mínimo e meio por componente da família, ter cursado o ensino médio em escola pública ou na condição de bolsista em escola particular, ter a nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano anterior devendo ser de no mínimo 45 pontos, estando inclusas nessa nota redação e questões objetivas.

Como critério qualificador de concessão de bolsas do PROUNI o ENEM segundo o Inep (2011) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar os estudantes concluintes do ensino médio, no ano de 2009 passou a ser usado como instrumento de seleção para ingresso no ensino superior, utilizado por instituições federais e privadas. Com o ensino básico passando por um grande déficit de docentes, o PROUNI veio priorizando a formação de professores da rede pública, ofertando cursos de licenciatura e pedagogia, para assim qualificar o magistério, resultando em melhorias na educação básica brasileira (SEGENREICH, 2009). Para Ferreira (2011) além de ofertar os cursos citados acima o PROUNI veio para atender também portadores de deficiência, negros e indígenas.

Para manter-se beneficiário do programa segundo Segenreich (2009) o aluno deverá apresentar 75% de aproveitamento acadêmico a cada semestre cursado, ou seja, a cada semestre o estudante poderá reprovar em no máximo duas matérias, podendo recorrer ao coordenador institucional para que o mesmo ouça o professor responsável pela disciplina, ficando assim sobe responsabilidade da instituição a exclusão do aluno.

Para Carvalho (2006) o PROUNI é um dos maiores programas estudantis fornecidos pelo governo, já nos primeiros anos de execução o mesmo possibilitou a entrada de milhares de jovens e adultos ao ensino superior, nos anos de 2005 e 2006 o número de contemplados chegou a um total de mais 138.668 mil alunos.



Já no ano de 2015 mais de dez anos depois segundo o MEC (2016), os números de vagas ofertadas aumentaram gradativamente, tendo um aumento de 11% a mais, comparado ao ano anterior, o total de contemplados no primeiro semestre de 2015 foi de 213.113 mil alunos, sendo dividido em bolsas integrais ou parciais. Para aderir ao PROUNI a instituição deve assinar o termo de adesão, tendo esse prazo de vigência de 10 anos, a mesma fica encarregada de fornecer bolsa integral proporcional a 10,7 estudantes pagantes matriculados regularmente. Como benefício a instituição terá isenção de tributos, ficando isenta de pagamento de imposto de renda tanto de pessoa física como jurídica, contribuição social sobre lucros líquido CSLL, contribuição social para financiamento de seguridade social CONFINS, e também contribuição para o programa de integração social PIS, o total deve atingir 8,5% da receita total da instituição (FERREIRA, 2011).

O SINAES hoje é o órgão avaliador e regularizador do programa, tendo como instrumento de avaliação o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), onde o mesmo avalia o rendimento dos alunos matriculados em cursos de graduação, avaliação essa feita por meio de provas aplicadas aos alunos no meio ou final do curso, a prova é composta de áreas do conhecimento como ciências humanas, exatas, biológicas, saúde, entre outras. Até julho de 2007 as instituições que tivessem três avaliações ruins eram automaticamente excluídas do sistema, mais a partir do mesmo ano o presidente Luiz Inacio Lula da Silva sancionou uma lei onde determinava que com apenas duas avaliações ruins uma instituição já poderia ser excluída, mudança essa feita, pois o ENADE é aplicado a cada três anos o que significava uma demora para a exclusão de até seis anos (FERREIRA, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Costuma-se dizer que a ciência nos explica como quase tudo funciona, e ciências quantitativas nos fornecem uma precisão muito maior. Já abordagem qualitativa pode realizar o primeiro reconhecimento da pesquisa. Sendo assim ela estimula e deixa livre os entrevistados a darem suas opiniões pessoais, mostrando tudo de uma forma espontânea (STAKE, 2011). Conclua-se então que está pesquisa se desenvolveu de forma qualitativa.

Sendo assim pode-se classificar este trabalho de pesquisa na área de ciências sociais aplicadas como, descritiva e explicativa. Sendo descritiva, pois delimitará determinada população, realizando estudo ou análise junto á interpretação de fatos do cotidiano, tendo como finalidade observar métodos técnicos sem aprofundamento em seu conteúdo. E explicativa, pois o objetivo é justificar e explicar a razão de tal fenômeno, esclarecendo determinados fatores que levam á uma precisa situação. Como meio de investigação tem-se o estudo de caso que apresenta um problema sem estruturação e sem solução pré-definida, fazendo assim o acadêmico desenvolver um empenho maior em cima do mesmo. Pode se por em prática em pequenos e grandes itens, como empresas, pessoas, entre outros, com imensa profundidade e riqueza nos detalhes (VERGARA, 2009).

A pesquisa apresentada será em forma de estudo de campo e estudo de caso. Já a técnica empregada tem por meios a documentação indireta e documentação direta, sendo a indireta toda pesquisa documental, e direta toda pesquisa de campo ou de laboratório (FERREIRA, 2007). Tendo como objetivo de estudo o curso de graduação de Administração e Administração com Habilitação em Comércio Exterior de uma universidade comunitária.

Nesse sentido, a pesquisa utilizou a amostragem por acessibilidade que segundo Mussukado e Nakatani (2009), é considera um dos menos rigorosos processos, pois os



elementos podem ser selecionados, para ter acesso apenas ao material necessário, tornando possível o estudo. Considerada uma pesquisa não probabilística, que segundo Levine et al., (2008) se aplica quando não é selecionado os indivíduos ou os itens participantes, onde a probabilidade de pertencer a amostra selecionada é desconhecida para o pesquisador.

A pesquisa foi aplicada com estudantes que são usufrutuários das bolsas do PROUNI nos cursos de Administração, e Administração com Habilitação em Comércio Exterior, sem a distinção das bolsas parciais ou integrais. A aplicação do questionário teve como objetivo conhecer o perfil dos estudantes que utilizam o PROUNI no contexto do curso de administração. O questionário conta com 14 questões que se baseiam no questionário do estudante que é aplicado no ENADE para cursos de graduação.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UMA VISÃO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO.

Os cursos de administração no país tem uma história curta, comparado a outros países como os Estados Unidos onde o curso surgiu em meados do século XIX. No Brasil a formação em administração ganhou força durante a década de 30, onde se viu necessidade de pessoas com habilidades econômicas para liderarem empresas, pois o mundo passava por um momento de acelerado processo industrial (MARTINS, 1989).

Para Fiebig (2006) o Brasil conta com mais de 2.300 cursos de administração distribuídos entre diferentes instituições, ficando atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos. Já Kanitz (2005) fala que há algumas décadas tinha apenas 200.000 administradores formados, que ocupavam 5% dos cargos de destaque em empresas, pois em sua maioria eram mantidas por empresários que aprendiam na prática como administrar. Hoje Administração fica entre os três cursos mais escolhidos do país, concorrendo com Medicina e Direito.

O curso de administração é ofertado por mais de 65% das instituições de ensino superior brasileiras, representando 30% dos ingressos em educação superior no país, nos últimos anos a profissão de administrador tem crescido significativamente, tendo um crescimento total de 67%. Segundo o CRA/SC (2013) em todo o estado há 159 cursos de administração espalhados entre 95 instituições de ensino superior, em 2012 o número de registros no conselho foi de 17.942 mil, já no ano de 2013 teve um aumento de 4,63% passando para um total de 18.772 mil registros de profissionais (PPC, 2015).

A universidade pesquisada trouxe o curso de Administração e Administração com Habilitação em Comércio Exterior ao sul catarinense devido a grande demanda que a região solicitava, com o crescimento de setores como do vestuário, cerâmicos, e a abertura de pequenos negócios com pouco desempenho econômico mais com grande importância para o crescimento regional, e a abertura dos mercados internacionais para a região sul (PPC, 2015).

A universidade pesquisada hoje oferta o curso de administração em dois períodos sendo eles matutino e noturno, com duração média de 4 anos, a graduação é voltada para o empreendedorismo oferecendo uma formação generalizada, onde o acadêmico tem a possibilidade de trabalhar em diversas áreas e um amplo mercado de trabalho a sua espera, podendo desenvolver seu próprio negócio ou definir sua área de trabalho. Poderá obter conhecimento de planejamento, organização, capacidade para dirigir uma organização e também consolidar empreendimentos, se tornando um profissional eficaz em processos



administrativos. O curso oferece participação em congressos, palestras, seminários, integração com a população e com os empresários da região, onde se bota em prática a teoria aprendida em sala de aula, incentiva também a pesquisa, extensão e bom relacionamento com a comunidade. Oferece uma infraestrutura de qualidade com laboratórios, auditório, disponibiliza também programas dentro da área administrativa. Têm em seu corpo docente professores altamente qualificados que trazem na bagagem grande experiência administrativa (PPC, 2015).

Com isso o objetivo geral do curso de administração fica pautado da seguinte maneira: “Formar Bacharéis em Administração com competências para atuar em um ambiente organizacional dinâmico e complexo, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente de inovação e competitividade” (PPC, 2015).

4.2 A PERMANÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES: UMA VISÃO DOS USUÁRIOS DO PROUNI.

Nas duas últimas décadas houve uma mudança no ensino superior e na forma que as classes baixas a vêem. No ano de 2006 9% nos estudantes de ensino superior eram jovens de 18 a 24 anos vindos de classes baixas, sendo esses percentuais mais baixos da América Latina. Até aquele ano a expansão da educação não tinha atingindo as classes menos favorecidas, o ensino superior ainda era dominado por jovens e adultos de classes altas e com estabilidade financeira para bancar o ensino superior (ZAGO, 2006).

Já nos dias atuais vemos o ensino superior disputado igualmente por alunos oriundos de classes baixas. Com isso podemos destacar que nem sempre só o ingresso no ensino superior é importante, mas também a permanência. O Guia do Estudante (2011) destacou que evasão no ensino superior chegou a 900 mil estudantes no ano de 2011. Para Lobo (2012) essa evasão se dá devido à baixa qualidade do ensino básico, escolha precoce da carreira a seguir, dificuldades financeiras e de mobilidade, falta de preparação de docentes para lidar com alunos, e um dos fatores mais importantes é a falta de pressão para combater a evasão nas instituições de ensino superior.

Com isso a pesquisa desenvolvida com os estudantes do curso de Administração e Administração Habilitação em Comércio Exterior que responderam o questionário apresentado, permite a identificação da visão dos mesmos perante as ações desenvolvidas pela universidade para sua permanência. Nesse sentido, a partir do roteiro apresentado aos estudantes, foi possível extrair algumas considerações importantes sobre esse elemento, já que é um aspecto fundamental para o fortalecimento do curso que é objeto de pesquisa.

A primeira pergunta feita aos pesquisados se relaciona com as ações de incentivo a permanência nas atividades acadêmicas efetivas, sendo essas atividades desenvolvidas para o cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios, vulgarmente conhecidos como disciplinas. Foi possível identificar que, no geral, o curso vem promovendo a permanência dos acadêmicos de forma dinâmica, isso pode ser comprovado na fala do ENT1:

“O curso incentiva a minha permanência através de palestras, eventos acadêmicos, viagens de estudo, isso faz com que nós tenhamos um ensino mais extenso, não ficando apenas nas aulas teóricas dentro da sala, que se tornam cansativas durante o tempo” (ENTREVISTADO 1).



O ENT2 segue a mesma linha, destacando que workshops, cursos, e viagens técnicas são de suma importância para agregar no aprendizado, e fornecer a experiência para os acadêmicos. Já o ENT3 cita que palestras voltadas para a área administrativa, trazendo empresários da região, do estado ou do país são muito importantes, pois fornece aos alunos conhecer a área que pretende atuar, e ver na prática como a mesma funciona.

O ENT4 cita a importância dos professores para a permanência dos acadêmicos, sua reposta é a seguinte:

“Acho que um dos incentivos de permanência são os professores, quando tenho uma aula com um professor que agrega bastante conteúdo fico animada e desenvolvo as atividades da melhor forma possível, pois me espelho nele e desejo chegar onde ele está, mas se o professor é ruim e da uma aula cansativa fico bem desanimada, então vejo nos professores um dos incentivos importantes, e hoje o curso conta com professores ótimos em sua maioria, me incentivando a continuar e um dia pode chegar onde os mesmo chegarão”
(ENTREVISTADO 4).

Diante disso Viana e Valente (2009) citam que diferente dos professores do ensino básico os do ensino superior não se dedicam apenas a lecionar, muitas vezes exercem outras profissões, mesmo sendo Mestres e Doutores nem sempre tem aproximação suficiente com os alunos, ou não dominam as abordagens corretas, o que os limita a não exercer a docência com a mesma habilidade que exercem sua profissão de origem.

Por fim, o ENT5 confirma o que os de mais já propuseram reforçando a importância de workshops, palestras, viagens, cursos extracurriculares, semanas acadêmicas com conteúdo, tudo isso se torna fator determinante para a permanência do aluno no curso de graduação.

A segunda questão abordada questiona os entrevistados sobre as ações que a universidade desenvolve para permanência. Como a universidade não possui um PDI estabelecido a visão do estudante sobre isso é de grande importância. Com isso o ENT1 deu seguinte fala:

“Hoje não vejo a universidade desenvolvendo muito esse lado diante dos alunos, o maior incentivo que vejo da mesma e a estrutura que ela fornece, e algumas campanhas na TV e na internet”
(ENTREVISTADO 1).

Contrapondo a fala do ENT1 o ENT2 fala que a universidade tem sim incentivos, e destaque os estágios não obrigatórios que a mesma fornece, palestras e congressos. Na mesma linha de raciocínio o ENT3 fala que os eventos preparados pela universidade são de grande incentivo, e que a mesma estimula os alunos a ingressarem por meio de bolsas de estudo ou conseguirem no decorrer da graduação.

O ENT4 não soube opinar sobre o assunto, já o ENT5 complementa a fala do ENT1 dizendo que as ações que a universidade desenvolve até o momento não mudam a opinião de permanecer ou não na instituição, pois estrutura e corpo docente de qualidade são requisitos básicos de uma instituição do porte da universidade pesquisada.



As políticas de permanência têm como objetivo fortalecer o envolvimento da comunidade acadêmica junto à universidade, e para isso é de grande importante a participação dos estudantes. Hoje o PDI da universidade cita apenas que os objetivos da instituição perante esse assunto são os seguintes “Comprometimento com o ingresso e a permanência dos alunos na graduação, por meio da qualidade de ensino, visando à redução dos índices de evasão: consiste na superação dos fatores originários da evasão, por meio da criação e implementação de estratégias e ações acadêmicas e financeiras” (UNESC, 2016).

Diante disso o terceiro questionamento apresentado aos entrevistados foi o seguinte “Você conhece as políticas de permanência da universidade? Em afirmativo quais são as ações que melhor se adéquam a sua realidade? Em caso negativo, o que a universidade deveria fazer para divulgar essas ações?”. Como a universidade não possui políticas de permanência claras e objetivas podemos comprovar esse fato a partir da fala do ENT1:

“Não conheço as políticas de permanência da universidade, na verdade nunca ouvi fala delas acho que a universidade podia divulgar através do site de um jeito mais claro para o entendimento dos alunos, e também através de palestras nos cursos. ” (ENTREVISTADO 1).

Os ENT2 e ENT3 falam que também não conhecem as políticas de permanência e que a mesma devia ser divulgada através do site, em forma de edital com maior destaque, divulgada também nos murais pela universidade, nas redes sociais, e em palestras desenvolvidas pela instituição. O ENT4 da sua opinião perante o que ele pensa que sejam as políticas de permanência na universidade:

“Penso que conheço as políticas em parte, e acho que deviam ser mais divulgadas, a universidade poderia passar as informações para as coordenações dos cursos e elas passarem as informações para nós, e além de serem divulgadas deveríamos ver em prática. ” (ENTREVISTADO 4).

O ENT5 disse também não conhecer e propôs que fossem divulgadas nas salas, em ações noturnas. Isso nos mostra que a universidade em questão precisa reaver suas políticas e divulgá-las para os acadêmicos, pois eles são parte da universidade e sem acadêmico não há permanência.

A questão quatro aborda aos entrevistados com o seguinte questionamento “Como a universidade e o curso se portam perante o bolsista do PROUNI? Por exemplo, com atendimento, renovação semestral, entre outros”. O ENT1 diz o seguinte:

“Sempre sou bem atendido, tanto no curso quanto na universidade, não vejo distinção por eu ser bolsista, única coisa que pede melhoria é a questão da renovação, tem semestre que perco metade da aula esperando pra ser atendida, deviam ser mais dias para renovar, porque tem bastantes alunos bolsistas. ”(ENTREVISTADO 1).

Os ENT2 e ENT3 disseram não haver distinção por ser bolsistas, e relatam serem bem atendimentos em todos os departamentos da universidade, atendimentos sempre rápidos e práticos. O ENT4 diz o seguinte:



“Penso que deveriam divulgar as datas de renovação com mais antecedência, porque muita gente trabalha e acaba não tendo tanto tempo livre para ir atrás dos documentos necessários, e diminuir as filas nos dias de entregas de documentos, pois perder aulas às vezes importantes é complicado, e levar falta também, porque tem professores que não perdoam.” (ENTREVISTADO 4).

O ENT5 assim como os demais relata o bom atendimento, sem diferenciação de gênero. Com isso podemos perceber que a universidade exerce um bom papel perante os bolsistas, precisando apenas de alguns ajustes. O bom convívio entre universidade e acadêmico é suma importância, alunos bolsistas oriundos de classes baixas têm o mesmo tratamento que alunos pagantes da mensalidade, sem distinção cor, gênero e classe social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de democratização da educação é longo e complexo, durante as duas últimas décadas o governo vem criando programas para expandir a educação pública e diminuir a evasão escolar, pois o ingressante do ensino superior necessita de uma base sólida dos ensinamentos básicos que passou. Diante disso surge uma preocupação em relação à qualidade das instituições de ensino superior perante o grande número de alunos que ingressam todos os anos tanto em instituição privada como pública. Outro fator preocupante é a permanência dos mesmos, o número de egressos sendo esses aqueles que não chegam à conclusão do curso perante o número de ingressantes é muito maior, por isso é preciso investir na permanência dos acadêmicos, a criação de programas que ajudem o universitário a enfrentar as necessidades da vida em uma instituição de ensino superior, é de suma importância (CAÔN; FRIZZO, 2010).

Segundo Caôn e Frizzo (2010), as diferenças entre os cursos de graduação são grandes, e na hora da escolha o acadêmico passa por um momento de dúvida, pois ali serão decididos seus próximos anos de estudo e sua carreira a seguir, a origem social exerce grande influência na hora da escolha, alunos de baixa renda em sua maioria optam por cursos menos concorridos, pois carreiras prestigiosas pedem investimentos de bases escolares, e cursinhos pré-vestibulares entre outros. Mas isso não impede alunos de classes baixas terem carreiras brilhantes, tudo que é feito com dedicação e esforço gera resultados. E com o incentivo necessário vindo da universidade e do curso a evasão escolar pode ter diminuído.

Para Ferreira (2011) o ensino superior era visto como um meio de formar habilidades para se exercer em funções e cargos, hoje o ensino superior é visto como porta de entrada para o mercado de trabalho ter o diploma de graduação é um ponto a mais na corrida por uma boa vaga, com isso pode-se perceber que a demanda elevada na educação se deu por meio da mudança no mercado de trabalho nacional. O PROUNI veio como meio de acelerar o plano nacional da educação, e levou a estudantes de classes baixas ao ensino superior.

Diante de isso a presente pesquisa teve como objetivo investigar a oferta do PROUNI e um determinado curso de graduação em uma universidade comunitária catarinense. Onde os acadêmicos puderam expor suas opiniões sobre sua permanência e ingresso na universidade. Perante esse questionamento os entrevistados disseram que a universidade poderia integrar os cursos, e envolver mais os acadêmicos nas atividades, apresentarem mais atividades



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

dinâmicas, pois isso incentivaria os alunos a continuar na graduação, eles acreditam também que continuar focando em atenção especial os acadêmicos é o caminho ideal, manter e inovar os eventos dentro da universidade.

Com isso a pesquisa também questionou que tipos de ações o curso poderia desenvolver para incentivar a permanência dos estudantes nas atividades acadêmicas efetivas. No geral os acadêmicos solicitaram que o curso envolvesse mais os mesmo em atividades de grupo, que apresentassem aulas dinâmicas fazendo-os usar tudo que aprendem em sala de aula na prática sendo de suma importância no incentivo a permanência dos acadêmicos. Tendo como ponto negativo a falta de mini cursos com temas que agreguem e ajudem os alunos dentro da graduação, como por exemplos mini cursos de pacote Office, e de manuseamento da calculadora HP. Alguns pesquisados disseram que apenas a boa estrutura e o corpo docente de qualidade que a universidade oferece já é fator de permanência.

Diante do questionamento de quais recomendações os pesquisados dariam a universidade e o curso sobre a melhoria da condição dos estudantes bolsistas, os mesmos pediram mais transparência da universidade perante os bolsistas, explicações mais detalhadas de como funciona os programas de bolsas de estudos, pois alunos que ingressaram a pouco na universidade tem conhecimentos escassos sobre o assunto e acabam se sentindo perdidos perante tamanhas informações. Pedem também melhorias nos processos de renovações semestrais, pois diante da elevada demanda de bolsistas acaba tornando o processo demorado. Sugeriram reuniões com os bolsistas para que os mesmo apresentem seus questionamentos, e possam ajudar na melhoria tanto da universidade quanto do curso.

Sendo assim pode-se perceber que a universidade e o curso se portam perante os alunos bolsistas e os demais de maneira igualitária. E que a pesquisa possibilitou a ouvir os questionamentos e recomendações dos alunos que vivem o dia-a-dia dentro da universidade.

REFERÊNCIAS

ABMES. **Políticas para a educação superior propostas do setor privado**. Brasília: Abmes, 2006. 40 p

ALMEIDA, Leandro de et al. **Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: Uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil**. Avaliação Campinas, Sorocaba, p.899-920, nov. 2012.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **USP para todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública**. São Paulo: Musa/FAPESP, 2009.

ALMEIDA, Wilson, Mesquita. **Os herdeiros e os bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2015, 85-100 p.



AMPESC. **Histórico do artigo 170.** Disponível em: <<http://www.ampesc.org.br/index.php>>
Acesso em 12 de abril de 2016.

BARREYRO, Gladys Beatriz. ROTHEN, José Carlos. **Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: Análise dos documentos PARU, CNRES, GERES, E PAIUB.** São Paulo, 2008. p 131-152.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Estudo comparado sobre a expansão do ensino superior: Brasil e Estados Unidos.** São Paulo, 2007, p. 42.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

CORBUCCI. Paulo Roberto. **Financiamento e democratização do acesso á educação superior no Brasil: Da deserção do estado ao projeto de reforma.** Campinas, 2004, 677-701 p.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior.** São Paulo, 2006, 979-1000 p.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, CRA/SC. **Cursos de graduação.** 2013. Disponível em: <http://www.crasc.org.br/crasc/portal/interna.php?secao_id=101> Acesso em 05 de maio de 2016.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Cristina F. **Acesso, equidade e permanência no ensino superior: Desafios para o processo de democratização da educação no Brasil.** Uberaba, 2010, 15 p.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Editora Cortez 1998. 288 p.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulamentações e reforma universitária no Brasil.** Buenos Aires, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão.** In: Seminário de educação brasileira “Os desafios contemporâneos para a educação brasileira e os de regulação. 2., 2009, Campinas. Cedes, 2010. p. 1223 - 1245.

DAUSTER, Tânia. **“Uma revolução silenciosa”:** notas sobre o ingresso de setores de baixa renda na universidade. Caxambu, 2003, p. 1-22.



FÁVERO, Maria, Lourdes, Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens a Reforma Universitária de 1968**. Curitiba: Editora UFPR, 2006. 36 p.

FERREIRA, Karin Terrell. **PROUNI: Trajetórias**. São Carlos, 2011, 166 p.

FERREIRA, Darlene Ap. de O. **Fundamentos Metodológicos da Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. Uberlândia: Vera Lúcia Salazar Pessôa, 2007. 32 slides, color.

FIEBIG, Evelyn Quadros. **Avaliação de Cursos de Graduação em Administração: proposta de uma metodologia a partir de um estudo de caso em Florianópolis focalizando o consumidor no papel de acadêmico**. 2006. 103 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Administração, Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GUIA DO ESTUDANTE. **Cerca de 900 mil estudantes abandonam a faculdade antes de se formar**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/cerca-900-mil-estudantes-desistem-cursar-faculdade-todos-anos-brasil-617677.shtml>> Acesso em 12 de maio de 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **INEP. ENEM**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem>> Acesso em 20 de abril de 2016.

KANITZ, Stephen. **Era do Administrador**. São Paulo, p. 21, jan. 2005, ano 38, n. 1886, 5 jan. 2005.

LEVINE, D. M.; et al. **Estatística: teoria e aplicações**. 5. ed. Rio de Janeiro: TLC, 2008. 752 p.

LOBO, Maria Beatriz C. Melo. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: Aspectos gerais das causas e soluções**. Instituto Lobo para desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. São Paulo 2012, p. 23.

MASSUKADO-NAKATANI, M. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo: Amostragem**. 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.ufpr.br/drupal5/files/Aula%2022%20-%20Amostragem.pdf>> Acesso em: 10 de maio de 2016.

MARTINS, Carlos. **Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil 1952-1983**. Ciência e Cultura. São Paulo, v.41, n.7, p.663-676, jul. 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>> Acesso em 12 de abril de 2016.

MUNDO VESTIBULAR. **Crédito Universitário**. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/>> Acesso em 05 de março de 2016.



MOEHLECKE, S. **Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior: Excelência & Justiça Racial**. 2004. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

NUNES, Edson. **Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro**. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 103-147, 2007.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em <www.fgv.br/cps/classe_media>.

OLIVEN, Arabela, Campos, et al. **A Educação Superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – UNESCO – Caracas. Porto Alegre: Editora UNESCO, 2002. 332 p.

PRAVALER CRÉDITO UNIVERSITARIO. **Conheça o crédito universitário**. Disponível em: <<http://www.creditouniversitario.com.br/>> Acesso em 15 de março de 2016.

PPC. **Projeto Pedagógico do curso**. Curso de administração. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 2015, 4 p.

PORTO, Claudio. RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025**. Uma abordagem exploratória. 2003. Publicado por: Portal MEC.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. São Paulo, 2014, 723-747 p.

SOUZA, A. C.; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. **TCC Métodos e Técnicas**. 1ª Ed. Florianópolis: Visualbooks, 2007.

SOARES, Maria Susana Arrosa et al. **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002. 332 p.

SILVA, Edna Lúcia. **A Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2008. 138p.

SANTANDER. **Santander Universidades**. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/br/>> Acesso em 22 de março de 2016.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. **PROUNI e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior**. São Paulo, 2009, 205-222 p.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa, estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Ed: Penso 2011. 251 p.



XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

TAVARES, Diana Amado. **O superior ofício de ser aluno: manual de sobrevivência para calouros.** Lisboa: Sílabo, 2008.

UNESC, **Cursos de graduação, Administração.** Disponível em:
<<http://www.unesc.net/portal/capa/index/40/>> Acesso em 23 de novembro de 2015.

VALENTE, Geilsa Soraia C.; VIANA, Ligia de Oliveira. **O ensino de nível superior no Brasil e as competências docentes: Um olhar reflexivo sobre esta prática.** Rio de Janeiro. 2009, 210-226 p.

VERGARA, Sylvia Constante. **Métodos de coleta de dados no campo.** São Paulo: Atlas, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Editora UNB, 1991. Volume I, capítulo I e III, p. 3-35; 139-162. Volume II, p. 517-580.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais.** In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia.* São Paulo, Ática, 1985, p. 79-127.

ZAGO, Nadir. **Do acesso á permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camada populares.** 2006. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.